



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026

PROCESSO Nº 002/2026

CONTRATANTE (UASG)

CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS - PR (929352)

OBJETO

Aquisição de um veículo, novo, zero quilômetro, tipo pick-up, para servidores e vereadores no desempenho de atividades externas de interesse da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos – PR.

VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 382.823,22 (trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e vinte e três reais e vinte e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/03/2025 às 8h30m (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO.....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	13
8. A FASE DE HABILITAÇÃO	16
9. DO TERMO DE CONTRATO	17
10. DOS RECURSOS.....	18
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	22



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS - PR **Processo Administrativo N° 002/2026**

PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2026

Torna-se público que a Câmara Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, por meio do Departamento Administrativo, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de um veículo, novo, zero quilômetro, tipo pick-up, para servidores e vereadores no desempenho de atividades externas de interesse da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos – PR.

1.1. O valor máximo da presente contratação é de R\$ 382.823,22 (trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e vinte e três reais e vinte e dois centavos)

1.2. O critério de julgamento adotado será por menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações dos itens descritos no Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

2.6. Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte;

2.7. Não poderão disputar desta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei no 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei no 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não terá caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei no 14.133, de 2021.
- 4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar no 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar no 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar no 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar no 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

- 4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei no 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

- 4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME no 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI no 79, de 12 de setembro de 2024.

6.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.6 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da IN SEGES/ME no 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI no 79, de 2024.

6.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

6.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei no 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar no 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto no 8.538, de 2015.

6.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar no 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei no 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.23.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

6.23.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.23.2.2. empresas brasileiras;

6.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.25.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei no 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei no 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES no 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Câmara;

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Câmara.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

Rua Souza Naves, 395 - Fone/Fax (46) 3536-1321 - CEP: 85.660-000

e-mail:camara@cmdv.pr.gov.br - www.cmdv.pr.gov.br



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital; quando for o caso.

7.10.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Câmara, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

8. A FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia devidamente autenticadas em cartório ou por servidor municipal designado para tal.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.10. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

8.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.10.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.12.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, não como condição para participação na licitação.

8.17 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

Rua Souza Naves, 395 - Fone/Fax (46) 3536-1321 - CEP: 85.660-000

e-mail:camara@cmdv.pr.gov.br - www.cmdv.pr.gov.br



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin, Cadastro Informativo Estadual do Estado do Paraná – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-inclusao-no-cadin-sisbacen-pela-receita-federal> e <https://www.cadin.pr.gov.br/servicos/Empresa/Cadin/Consultar-se-o-CPF-ou-o-CNPJ-esta-inscrito-no-Cadin-aPo4ZB3m>)

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei no 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 1º da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br./compras>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% do valor da proposta ofertada.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% do valor da proposta ofertada.

11.4.3 Para as infrações previstas no item 11.1.9, a multa será de 30% do valor da proposta ofertada.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5o, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4o da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei no 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail: secretaria@cmdv.pr.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.cmdv.pr.gov.br/publicacoes/3>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.2 Anexo II - Estudo Técnico Preliminar;

13.11.3 Anexo III - Minuta de Termo de Contrato;

Dois Vizinhos - PR, 06 de março de 2026.

**JUAREZ
ALBERTON:452
68258915**

Assinado digitalmente por JUAREZ
ALBERTON:45268258915
ND: C=BR, CN=JUAREZ
ALBERTON:45268258915, O=ICP-Brasil, OU=AC
SyngularID Multipla
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.03.06 14:05:25-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

**JUAREZ ALBERTON
Presidente**



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

(ANEXO I) TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de um veículo, novo, zero quilômetro, tipo pick-up, para servidores e vereadores no desempenho de atividades externas de interesse da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos – PR.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada para execução do objeto licitado está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os itens encontram-se devidamente quantificados e especificados no quadro abaixo. Em caso de divergência existente entre a especificação dos itens que compõem o objeto descrito no site do Portal Nacional de Compras Públicas e a especificação constante da tabela de listagem dos itens, prevalecerão as últimas.

Item	Descrição	Unid.	Qde	Preço de Ref. Unitário R\$	Valor Total R\$
1	VEÍCULO TIPO PICK-UP cabine dupla, motor com no mínimo 256 cv de potência e mínimo de 59 kg/fm, com 4 portas, capacidade de 5 passageiros, combustível Diesel, tanque de combustível com capacidade de 80 litros, câmbio automático com 8 velocidades, tração 4x4 permanente, freio ABS off-road, cor branca, airbag motorista e passageiro, airbags laterais para motorista e passageiro (cabeça e tórax), alarme para cintos do motorista e do passageiro dianteiro não afivelados, ar condicionado digital de 2 zonas, sistema de controle de tração, bancos dianteiros com ajustes elétricos (motorista e passageiro), sistema de assistência de frenagem, câmera de	un	1	382.823,22	382.823,22



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

<p>ré, chaves tipo canivete (duas) com comando remoto, computador de bordo com display multifuncional, controle automático de velocidade, descanso de braço central entre os bancos dianteiros com porta-objetos, distribuição eletrônica da força de frenagem), bloqueio eletrônico do diferencial, controle eletrônico de estabilidade, faróis em FULL LED com luz de condução diurna (DRL) e regulagem de altura, faróis de neblina com luz de conversão estática, controle automático de descida, assistente para partida em subida, indicador de perda de pressão dos pneus, lanterna de neblina traseira, lanternas traseiras escurecidas com luz da placa de licença em LED, moldura das caixas de roda na cor da pick-up, para-choque dianteiro na cor da pick-up, para-choque traseiro cromado com estribo integrado, pneus 255/65 R19, protetor do cárter e caixa de transmissão, sistema de frenagem sob chuva, retrovisor interno eletrocrômico, retrovisores externos elétricos, aquecíveis e rebatíveis eletricamente, rodas de liga leve de 19", sensores de chuva e crepuscular, sensores de estacionamento dianteiro e traseiro, sistema de alarme com controle remoto, sistema automático de frenagem pós colisão, Sistema de som touchscreen com tela de 9,0", APP-connect , Bluetooth e Navegação, tampa traseira com sistema de alívio de peso e chave, tapetes em carpete, vidros com acionamentos elétrico, volante com ajuste de altura e profundidade, volante multifuncional em couro com comandos para troca de marchas "paddles shift", volante, alavancas de câmbio e freio revestidos parcialmente em couro, 2 auto-falantes dianteiros, 2 traseiros e 2 tweeters dianteiros, 3 apoios de cabeça e 3 cintos de segurança retráteis no banco traseiro, tomadas de 12V na cabine, bancos com revestimento parcial em couro, protetor de caçamba, capota marítima e estribo lateral.</p> <p>Ano/modelo: mínimo 2026</p>				
---	--	--	--	--



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

3.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar. Decreto no 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto no 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.4. Justificativa Técnica para Aquisição do veículo em questão:

Atualmente, a frota da Câmara de Vereadores conta com [2] veículos, os quais não suprem a demanda simultânea das Comissões Permanentes e dos serviços administrativos, gerando conflitos de agenda e atrasos em diligências. Além disso, atualmente, a Câmara não dispõe de veículos com tração 4x4, dependendo apenas de veículos leves que sofrem desgaste prematuro em estradas de terra.

Com base no histórico de deslocamentos do último exercício, identificou-se a necessidade de um veículo adicional com capacidade off-road para atender especificamente às visitas técnicas em zonas rurais e fiscalização de obras distantes da sede.

Dessa forma, aquisição do veículo justifica-se pela necessidade premente de atualização e adequação da frota oficial às realidades geográficas e operacionais do município de Dois Vizinhos e do Estado do Paraná, observando os seguintes pilares:

1 - Adequação Geográfica e Versatilidade Operacional

O município de Dois Vizinhos possui vasta extensão rural com estradas que, em períodos de intempéries, tornam-se de difícil acesso para veículos leves.

- **Atividades Parlamentares:** A atividade parlamentar exige presença constante nas comunidades distantes. O uso de um veículo utilitário com tração **4x4** e suspensão reforçada é indispensável para garantir a segurança em terrenos acidentados, evitando o atolamento e garantindo a continuidade dos serviços públicos.
- **Necessidades Logísticas e de Carga:** a aquisição de um veículo utilitário com caçamba e alta capacidade de carga útil é indispensável para as seguintes atividades:
 - a) **Transporte de Equipamentos de Fiscalização:** Os vereadores em diligência (como em fiscalização de Obras e Serviços Públicos) necessitam transportar ferramentas de medição, tripés, amostras de materiais coletados em obras e equipamentos de proteção individual (EPIs), que muitas vezes estão sujos ou são volumosos para o porta-malas de um veículo convencional.
 - b) **Logística de Eventos Institucionais e Audiências Públicas:** O deslocamento para audiências em bairros e distritos exige o transporte de mobiliário temporário



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

(cadeiras dobráveis, mesas), tendas, materiais informativos de grande tiragem (cartilhas e relatórios) e sistemas de sonorização móvel.

c) **Manutenção Predial e Patrimonial:** A Câmara, enquanto unidade administrativa, realiza o transporte ocasional de materiais de almoxarifado, insumos de limpeza em grande volume, equipamentos de informática (CPUs, monitores e Nobreaks para manutenção externa) e bens patrimoniais que necessitam de transporte verticalizado ou maior espaço físico.

d) **Ações de Defesa Civil e Assistência em Calamidades:** Como órgão público, a Câmara frequentemente atua em conjunto com outros entes em situações de emergência (comuns na região sudoeste devido a tempestades). Um veículo 4x4 com caçamba permite o transporte de mantimentos, lonas e donativos para áreas de difícil acesso onde caminhões grandes não chegam e carros pequenos não possuem tração.

e) **Sinalização e Divulgação:** Transporte de cavaletes, banners de grande porte e estruturas de sinalização para eventos oficiais de prestação de contas e transparência pública.

f) **Economicidade:** Possuindo um veículo utilitário, a Câmara pretende economizar com "frete de terceiros" para transportar os materiais anteriormente citados.

2. Segurança Viária e Logística Regional

As missões institucionais em direção à capital (Curitiba) e demais polos regionais do Sudoeste paranaense envolvem o tráfego em rodovias com alto índice de acidentes e fluxo intenso de veículos pesados. Como exemplo podemos citar a PRC-280 que é muito forte no Paraná, e é conhecida pelo perigo e estado de conservação. Também são de tráfego intenso, pista simples, com muitas curvas, sem acostamento, com alto índice de acidentes a PR-493, PR-281, PR-180, PR-373, PR-277, dentre outras que os vereadores e servidores desta Câmara necessitam trafegar com frequência, o que valida a necessidade de um carro mais robusto.

- **Segurança Ativa e Passiva:** A opção por um veículo de maior porte e potência (como o motor 3.0 V6 ou similar da categoria) não se trata de luxo, mas de **segurança preventiva**. O torque e a estabilidade superiores permitem ultrapassagens mais seguras em pistas simples e melhor dirigibilidade em condições climáticas adversas (neblina e chuva intensa), comuns na região.

3. Economicidade e Manutenção (Custo-Benefício)

O uso de veículos leves (sedans/hatches) em estradas de terra gera um ciclo de manutenção corretiva oneroso e recorrente.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

- **Redução de Depreciação:** Veículos projetados para o regime *off-road* possuem componentes (suspensão, chassi e motorização) com maior vida útil sob condições severas.
- **Valor de Revenda e Durabilidade:** No histórico da administração pública, veículos utilitários a diesel apresentam menor desvalorização e maior durabilidade da frota, resultando em um custo de ciclo de vida inferior quando comparado à substituição frequente de veículos leves avariados pelo uso inadequado.

4. Enquadramento Legal e Ausência de Caráter de Luxo

Conforme o **Decreto nº 10.818/2021**, o bem é classificado como **comum**, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado.

- A escolha por um veículo com as especificações descritas justifica-se estritamente por critérios de **desempenho técnico, segurança do trabalho e logística**, não apresentando ostentação ou itens de superfluidade que o enquadrem como bem de luxo.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A solução consiste na aquisição de 01 (um) veículo automotivo zero quilômetro, tipo pick-up de médio porte, cabine dupla, motorização diesel V6 ou superior, com tração 4x4 permanente, destinada a atender às demandas de fiscalização, transporte de materiais e deslocamentos em áreas rurais e urbanas da Câmara de Vereadores.

A solução não se limita ao fornecimento do bem, englobando também o suporte pós-venda e garantias operacionais, conforme detalhado abaixo:

4.1. Características do Objeto

- **Padrão de Desempenho:** Veículo de alta performance (mínimo de 256 cv) com tecnologia de tração integral, capaz de operar em terrenos de baixa aderência e carregar carga útil superior a 1.000 kg.
- **Equipamentos Inclusos:** O veículo deverá ser entregue com todos os itens de série, além de acessórios essenciais para a proteção do patrimônio, como protetor de caçamba e capota marítima.

4.2. Manutenção e Assistência Técnica

Para garantir a continuidade do serviço público e a longevidade do bem, a solução compreende:

- **Garantia de Fábrica:** Cobertura integral contra defeitos de fabricação por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

- Rede Credenciada: A empresa contratada deverá indicar, no momento da entrega, a rede de concessionárias autorizadas aptas a realizar as manutenções preventivas e corretivas, localizadas em um raio de até 100km da sede do Poder Legislativo.
- Manutenções Preventivas: O plano de manutenção deverá seguir rigorosamente o manual do fabricante, com revisões periódicas programadas, cujos valores devem ser tabelados pela montadora para garantir a transparência e economicidade.

4.3. Treinamento e Entrega Técnica

- Entrega Técnica: No ato do recebimento, a licitante vencedora deverá realizar uma "Entrega Técnica", instruindo os servidores/motoristas designados sobre as funcionalidades do veículo, tecnologias de tração (uso do 4x4), sistemas de segurança e a correta utilização do Diesel S10 e Arla 32, visando evitar danos por uso inadequado.
- Documentação: O veículo deve ser entregue livre de quaisquer ônus, com o manual do proprietário e o livrete de garantia em língua portuguesa.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. São requisitos da presente contratação os que seguem:

5.1.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, ou;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário individual, ou;
- c) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5.1.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

5.1.2. Quanto a Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se empresa individual, ou no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ), se pessoa jurídica, atualizado;
- b) A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.
- d) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

- e) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.
- f) Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos, atestando a regularidade perante a Justiça do Trabalho, (art. 68, V, da Lei 14.133/2021).

5.1.3. Quanto a Regularidade Econômico-Financeira:

- a) Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresse.
- b) Caso a Licitante esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento.

5.1.4. Quanto a Qualificação Técnica:

- a) Comprovação de capacidade para a execução do objeto deste Edital, mediante apresentação de documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo, fornecimento igual ou semelhante a este que está sendo licitado e em consonância com o Edital da licitação.

5.1.5. A proponente vencedora deverá declarar, em campo próprio do sistema, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6. DA VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES

- 6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.
- 6.2. O Contrato poderá ser alterado consoante o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante termo aditivo.

7. DAS CONDIÇÕES E DO MODELO DE EXECUÇÃO:

7.1. Garantia, manutenção e assistência técnica

7.1.1. Prazo e Abrangência (Garantia Contratual)

- O veículo deverá possuir garantia de fábrica de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

- **Início da Vigência:** O prazo começa a contar da data de emissão da Nota Fiscal e da **Entrega Técnica** (assinatura do termo de recebimento definitivo pelo servidor responsável).

7.1.2. Garantia de Assistência Regional (Sudoeste do PR)

- **Obrigatoriedade de Rede Próxima:** A licitante vencedora deverá garantir a prestação de assistência técnica por meio de rede autorizada do fabricante em um raio de até 100 km do município de Dois Vizinhos/PR
- **Garantia em Todo Território Nacional:** A garantia deverá permitir que, em viagens (como para Curitiba), qualquer pane seja atendida pela concessionária local.

7.1.3. Itens de Desgaste Natural vs. Defeitos

- **Cobertos:** Motor, câmbio, sistema de tração 4x4, módulos eletrônicos, suspensão (defeitos de fabricação) e sistemas de emissão.
- **Não Cobertos:** Pastilhas de freio, filtros, pneus e alinhamento/balanceamento (considerados itens de manutenção rotineira por desgaste).

7.1.4. Requisito de Abastecimento de Combustível

Para manter a garantia do motor, o órgão público fica obrigado a abastecer apenas com o combustível indicado pela fabricante do veículo.

7.2 Entrega

7.2.1. A entrega dos bens deverá ocorrer nas dependências da CONTRATANTE, sem qualquer custo adicional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da autorização de compra, na Rua Souza Naves, 395, Alto da Colina, Dois Vizinhos/PR, CEP: 85.660-000.

7.2.2. No ato do recebimento, a licitante vencedora deverá realizar uma "Entrega Técnica", instruindo os servidores/motoristas designados sobre as funcionalidades do veículo, tecnologias de tração (uso do 4x4), sistemas de segurança e a correta utilização do Diesel S10 e Arla 32, visando evitar danos por uso inadequado.

7.2.3. Documentação: O veículo deve ser entregue livre de quaisquer ônus, com o manual do proprietário e o livrete de garantia em língua portuguesa.

7.2.4. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA assegurar que o bem seja entregue em perfeito estado, com garantia de integridade física e pleno funcionamento.

7.2.5. A CONTRATADA responderá por todas as avarias, perdas, extravios ou danos eventualmente ocorridos durante o transporte ou manuseio, devendo providenciar a substituição imediata, sem ônus para a Administração.

7.2.6. O bem deverá ser entregue montado de fábrica, testado e pronto para uso imediato, inclusive com todos os acessórios, manuais e eventuais itens de instalação e acessórios que integrem sua funcionalidade, quando cabível.

7.2.7. Não será aceito o bem que contenha itens com avarias, defeitos, vícios aparentes ou em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, sendo obrigatória sua substituição no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação da CONTRATANTE.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

7.2.8. Deverão ser fornecidos apenas bens novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos reconicionados, reciclados, reembalados, remanufaturados, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado.

7.2.9. Os bens deverão ser entregues em dias úteis, das 8h às 12h ou das 13h às 17h, devendo ser colocado em local indicado por servidor responsável.

8. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Conforme levantado e justificado no Estudo Técnico Preliminar, o critério de julgamento das propostas para seleção do fornecedor será:

8.1.1. Por item único; e

8.1.2. Pelo menor preço.

9. DA INDICAÇÃO DE MARCAS E MODELOS

9.1. Será aceita qualquer marca e modelo, desde que atenda às especificações do objeto.

10. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

10.1. Conforme levantado e justificado no Estudo Técnico Preliminar, o certame licitatório para seleção da CONTRATADA será por meio de pregão eletrônico tradicional.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação.

12. DOS BENEFÍCIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Considerando o objeto da presente licitação — aquisição de veículo utilitário de médio porte — e após análise do mercado local e regional, verifica-se que o enquadramento do item como exclusivo para ME/EPP (Art. 48, I da LC 123/06) restaria frustrado pela ausência de, no mínimo, 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados nessa condição que pudessem garantir a execução do contrato. Assim, visando a ampliação da competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa (conforme Art. 49, II e III da referida Lei), o certame será processado em modalidade de **Ampla Concorrência**.

13. DA PROPOSTA DE PREÇOS

13.1. A proposta de preços deverá ser apresentada de acordo aos itens constantes deste termo.

13.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentem valores superiores aos valores máximos dispostos neste termo.

13.3. A validade mínima da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da apresentação da mesma.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei no 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização e Gestão do Contrato

14.5. A execução do contrato será fiscalizada por servidores nomeados nos termos da Portaria nº 023/2025 e eventuais alterações, ou outras normativas que vierem a substituí-las, expedidas pela Câmara Municipal de Dois Vizinhos e a Gestão será feita pelo Diretor Executivo.

Critérios de Aceitação

14.6. Só será aceito o objeto da presente licitação que cumprir todos os requisitos propostos no Edital e seus anexos.

Procedimento de Teste e Inspeção

14.7. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

14.8. Verificar as especificações físicas se estão de acordo com o descritivo do objeto;

14.9. Testes funcionais.

15. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

15.1. O prazo de vigência do Contrato, será de 12 (doze) meses, iniciando-se na data de emissão da Nota Fiscal e da **Entrega Técnica** (assinatura do termo de recebimento definitivo pelo servidor responsável).

15.1.1. O instrumento de Contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil permitido por lei, considerando tratar-se itens para entrega imediata, nos termos do art. 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. O prazo de vigência contratual não se confunde com o prazo de garantia dos itens.

15.3. O Contrato não poderá ser prorrogado.

16. DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DAS ALTERAÇÕES

16.1. O Contrato não poderá ser reajustado.

16.2. O Contrato poderá ser alterado consoante o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante termo aditivo.

17. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a continuidade do Contrato quando houver fusão, cisão ou incorporação do CONTRATADO com outra pessoa jurídica, desde que:

17.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

- 17.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e
17.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.
17.2. A alteração subjetiva deverá ser formalizada por Termo Aditivo ao Contrato.

18. DAS SANÇÕES

18.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, à aplicação das seguintes sanções administrativas.

18.1.1. Advertência.

18.1.2. Multa.

18.1.3. Impedimento de licitar ou contratar.

18.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.2. Poderão ser aplicadas multas de caráter moratório e compensatório, a serem aplicadas de acordo aos percentuais indicados na sequência.

18.2.1. De caráter moratório.

18.2.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta).

18.2.1.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE.

18.2.2. De caráter compensatório.

18.2.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, ou nos casos de rescisão do Contrato, calculada sobre a parte inadimplida.

18.2.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE.

18.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do Contrato.

18.4. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, fica facultado à CONTRATANTE reconhecer a ocorrência das hipóteses de rescisão contratual.

18.5. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

18.6. Não serão aplicadas as multas decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais resultante da existência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

18.7. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade em até 5 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Órgão Oficial



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

da CONTRATANTE, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

18.8. A aplicação das penalidades é de competência exclusiva do Presidente da Câmara Municipal de Dois Vizinhos.

18.9. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos e a sistemática procedimentais previstos em Lei e regulamentação pertinente, bem como serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório à CONTRATADA.

18.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

19. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

19.1. Na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, rescindir unilateral ou amigavelmente o Contrato, na forma do art. 138, bem como aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 156, ambos do mesmo diploma legal.

19.2. No caso de extinção contratual poderá ser aplicada multa de acordo ao disposto nas sanções.

20. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

20.1. Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

20.2. Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias para a execução do Contrato;

20.3. Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do Contrato no prazo e forma ajustados;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- e) Ainda, a CONTRATADA se obriga a responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus profissionais e ainda, por danos ou avarias e/ou repará-los, quando causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto.
- f) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

g) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

h) A CONTRATADA obriga-se ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a manter sigilo de todas as informações sobre os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução da contratação, sendo vedado o repasse dessas informações, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto contratado.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será efetuado após a entrega definitiva dos bens, em parcela única, por meio de depósito em conta bancária da CONTRATADA ou pagamento de boleto de cobrança emitido pela CONTRATADA.

21.2. O pagamento será realizado em até 20(vinte) dias contados do recebimento definitivo da fatura.

21.3. Havendo erro na apresentação da fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

22. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Natureza da despesa	Destinação de recurso
2026	38	01.01.01.031.0002.2.002	4.4.90.52.52.00	01.001

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Valdemar da Silveira

Diretor

Dois Vizinhos, 05 de março de 2026.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

(ANEXO II)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando a adequação da frota desta Câmara, para garantir mais eficiência e agilidade na execução das demandas externas desta Casa de Leis.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

- **Órgão/Entidade:** Câmara Municipal de Dois Vizinhos/PR
- **Área Requisitante:** Diretoria
- **Responsável pela Demanda:** Valdemar da Silveira – Diretor
- **Objeto:** Aquisição de um veículo, novo, zero quilômetro, tipo pick-up, para servidores e vereadores no desempenho de atividades externas de interesse da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos – PR.
- **Data prevista para entrega:** a definir.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A ampliação da frota de veículos desta Câmara Municipal justifica-se pelo expressivo aumento das demandas institucionais e das atividades de fiscalização 'in loco'. Atualmente, a estrutura disponível é insuficiente para atender, de forma concomitante, as agendas das Comissões Permanentes e os deslocamentos administrativos de rotina. Observa-se que a carência de mais uma unidade móvel tem gerado o represamento de visitas técnicas e dificuldades logísticas quando há necessidade de viagens intermunicipais simultâneas a atendimentos na zona rural/urbana. Portanto, a aquisição visa garantir a autonomia das frentes de trabalho, permitindo que o Poder Legislativo exerça sua função fiscalizadora plenamente, sem prejuízo à agilidade que o interesse público exige.

3. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

Existe previsão no PAC, sequência 0027. Valor previsto de orçamento: R\$ 400.000,00

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

4.1. Desempenho e Propulsão

- **Motorização:** Motor Diesel, no mínimo 6 cilindros em "V" (V6), com potência mínima de **256 cv** e torque mínimo de **59 kgfm**, garantindo capacidade de retomada e força para transporte de carga em subidas íngremes.
- **Transmissão:** Automática de, no mínimo, 8 marchas, com tração integral permanente (4Motion ou equivalente) para garantir estabilidade em qualquer tipo de terreno.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

- **Capacidade de Transposição:** Ângulo de entrada mínimo de 24° e capacidade de imersão compatível com uso em áreas rurais sujeitas a alagamentos.
- 4.2. Segurança e Tecnologia (Segurança Ativa e Passiva)**
- **Sistema de Frenagem:** Freios a disco nas quatro rodas com sistema ABS "Off-road" (específico para terrenos de baixa aderência).
 - **Estabilidade:** Controle Eletrônico de Estabilidade (ESC), Controle de Tração (ASR) e Bloqueio Eletrônico do Diferencial (EDS).
 - **Proteção:** Mínimo de 06 airbags (frontais, laterais e de cortina) e sistema de frenagem pós-colisão.
 - **Iluminação:** Faróis com tecnologia Bi-Xenon ou LED com luz de condução diurna (DRL).
- 4.3. Conforto e Ergonomia**
- **Habitabilidade:** Cabine dupla com revestimento dos bancos em material resistente (couro ou sintético de alta densidade), considerando a facilidade de limpeza após uso em áreas de poeira/lama.
 - **Climatização:** Ar-condicionado digital dual-zone, com saídas para os passageiros do banco traseiro.
 - **Infotainment:** Central multimídia com espelhamento (Android Auto/Apple CarPlay) e câmera de ré integrada para manobras de carga.
- 4.4. Capacidade de Carga e Dimensões**
- **Caçamba:** Volume de carga mínimo de **1.200 litros** e capacidade de carga útil superior a **1.000 kg**.
 - **Proteção de Carga:** O veículo deve ser entregue com protetor de caçamba em polietileno de alta densidade e capota marítima instalada.
- 4.5. Requisitos de Sustentabilidade e Manutenção**
- **Emissões:** Conformidade rigorosa com a fase atual do **PROCONVE (L7 ou superior)**, utilizando obrigatoriamente sistema de tratamento de gases com ureia (Arla 32), se aplicável ao modelo.
 - **Assistência Técnica:** A contratada deverá possuir oficina autorizada num raio máximo de 100 km da Câmara Municipal, garantindo que o veículo não fique parado por longos períodos para revisões preventivas.

5. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A Administração estima a aquisição de **01 (uma) unidade** de veículo tipo pick-up cabine dupla. A definição desta quantidade fundamenta-se nos seguintes pontos:

5.1. Dimensionamento da Demanda

- **Déficit de Frota:** Atualmente, a frota da Câmara de Vereadores conta com [2] veículos, os quais não suprem a demanda simultânea das Comissões Permanentes e dos serviços administrativos, gerando conflitos de agenda e atrasos em diligências. Além disso, atualmente, a Câmara não dispõe de veículos com tração 4x4, dependendo apenas de veículos leves que sofrem desgaste prematuro em estradas de terra.
- **Projeção de Uso:** Com base no histórico de deslocamentos do último exercício, identificou-se a necessidade de um veículo adicional com capacidade off-road



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

para atender especificamente às visitas técnicas em zonas rurais e fiscalização de obras distantes da sede.

5.2. Justificativa da Suficiência (Por que apenas 1?)

- **Otimização de Custos:** A aquisição de uma única unidade, neste momento, mostra-se a solução mais equilibrada sob o ponto de vista fiscal (economicidade), permitindo o atendimento da demanda imediata sem sobrecarregar o orçamento com custos excessivos de manutenção, seguro e DPVAT de múltiplas unidades.
- **Eficiência Operacional:** Um veículo com as características propostas possui alta disponibilidade e rendimento, sendo suficiente para realizar o sistema de rodízio entre as equipes que necessitam de transporte para áreas de difícil acesso.

6. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14133/2021)

A escolha pelo veículo tipo **Pick-up de médio porte** fundamenta-se nos seguintes pilares de interesse público:

1. Adequação Geográfica e Topográfica

- **Acesso a Áreas Rurais:** Diferente de veículos de passeio (sedãs/hatches), a solução escolhida possui tração 4x4 e suspensão elevada, requisitos indispensáveis para o deslocamento dos parlamentares e servidores em estradas não pavimentadas ou de difícil acesso, comuns nas atividades de fiscalização em áreas distantes da sede urbana.
- **Segurança em Terrenos Adversos:** O desempenho do motor e a estabilidade do chassi garantem a trafegabilidade em períodos de chuva e lama, evitando o isolamento das equipes e garantindo a continuidade dos serviços legislativos.

2. Capacidade de Carga e Versatilidade

- **Transporte de Equipamentos:** A caçamba com alta capacidade de carga útil permite o transporte de materiais para eventos itinerantes da Câmara, equipamentos de som, sinalização ou doações, sem comprometer o conforto dos passageiros ou a integridade mecânica do veículo.

3. Custo de Ciclo de Vida e Valor de Revenda

- **Durabilidade:** Veículos desta categoria possuem construção robusta, o que resulta em uma vida útil significativamente superior à de veículos leves sob uso severo. Isso reduz a frequência de substituição da frota.
- **Valor de Mercado:** Historicamente, pick-ups desse porte apresentam menor depreciação percentual e alta liquidez no mercado, garantindo um melhor retorno ao erário no momento de um futuro leilão de renovação de frota.

4. Segurança Ativa e Passiva

- Considerando que a atividade parlamentar exige frequentes deslocamentos em rodovias, a solução oferece sistemas de segurança avançados (frenagem automática, múltiplos airbags e controle de tração), visando a preservação da integridade física dos ocupantes em viagens de longa distância.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

Após levantamento por meio de procedimento simplificado, junto aos fabricantes para modelos que se enquadram no descritivo, chegamos aos seguintes valores:

Especificação	VW Amarok V6	Ford Ranger V6	RAM 2500 (Laramie/Rebel)
Motorização	3.0 V6 Turbodiesel	3.0 V6 Turbodiesel	6.7 I6 (6 cil. em linha)
Potência	258 cv	250 cv	436cv
Torque	59,1 kgfm	61,2 kgfm	149 kgfm
Transmissão	AT 8 marchas	AT 10 marchas	AT 8 marchas
Capac. Carga	1.156 kg	1.023 kg	1.088 kg
Reboque	2.710 kg	3.500 kg	8.948 kg
Preço Médio	R\$ 330k - R\$ 380k	R\$ 315k - R\$ 370k	R\$ 560k - R\$ 600k

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução consiste na aquisição de 01 (um) veículo automotivo zero quilômetro, tipo pick-up de médio porte, cabine dupla, motorização diesel V6 ou superior, com tração 4x4, destinada a atender às demandas de fiscalização, transporte de materiais e deslocamentos em áreas rurais e urbanas da Câmara de Vereadores.

A solução não se limita ao fornecimento do bem, englobando também o suporte pós-venda e garantias operacionais, conforme detalhado abaixo:

8.1. Características do Objeto

- Padrão de Desempenho: Veículo de alta performance (mínimo de 256 cv) com tecnologia de tração integral permanente, capaz de operar em terrenos de baixa aderência e carregar carga útil superior a 1.000 kg.
- Equipamentos Inclusos: O veículo deverá ser entregue com todos os itens de série, além de acessórios essenciais para a proteção do patrimônio, como protetor de caçamba e capota marítima.

8.2. Manutenção e Assistência Técnica

Para garantir a continuidade do serviço público e a longevidade do bem, a solução compreende:

- Garantia de Fábrica: Cobertura integral contra defeitos de fabricação por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro.
- Rede Credenciada: A empresa contratada deverá indicar, no momento da entrega, a rede de concessionárias autorizadas aptas a realizar as manutenções preventivas e corretivas, preferencialmente localizadas em um raio de até 100 km da sede do Poder Legislativo.
- Manutenções Preventivas: O plano de manutenção deverá seguir rigorosamente o manual do fabricante, com revisões periódicas programadas, cujos valores devem ser tabelados pela montadora para garantir a transparência e economicidade.

Rua Souza Naves, 395 - Cx. Postal, 116 - Fone/Fax (46) 3536-1321 - CEP: 85.660-000

e-mail:camara@cmdv.pr.gov.br - www.cmdv.pr.gov.br



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

8.3. Treinamento e Entrega Técnica

- **Entrega Técnica:** No ato do recebimento, a licitante vencedora deverá realizar uma "Entrega Técnica", instruindo os servidores/motoristas designados sobre as funcionalidades do veículo, tecnologias de tração (uso do 4x4), sistemas de segurança e a correta utilização do Diesel S10 e Arla 32, visando evitar danos por uso inadequado.
- **Documentação:** O veículo deve ser entregue livre de quaisquer ônus, com o manual do proprietário e o livrete de garantia em língua portuguesa.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

Considerando se tratar de um único objeto, sem possibilidade de parcelamento, a entrega será realizada de forma única, com pagamento à vista, conforme as condições previstas no instrumento convocatório.

10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

A aquisição do veículo objeto deste estudo visa alcançar os seguintes resultados:

10.1. Economicidade (Eficiência Financeira)

- **Redução de Gastos com Manutenção Corretiva:** A substituição de veículos leves (sedãs/hatches) ou picapes de menor porte por uma estrutura robusta (V6) em vias não pavimentadas reduzirá consideravelmente os gastos com suspensão, freios e pneus, que sofrem desgaste prematuro em veículos inadequados.
- **Valor de Revenda e Ciclo de Vida:** Estima-se que a solução tipo Pickup Média possua uma vida útil operacional superior a 10 anos sob uso severo, com um valor de revenda historicamente elevado, minimizando a perda de patrimônio público no momento do descarte/leilão.
- **Otimização de Abastecimento:** Embora possua maior cilindrada, a eficiência do motor diesel de última geração (Normas Proconve L7/L8) apresenta um consumo equilibrado em relação ao torque entregue, resultando em um custo por km rodado competitivo quando o veículo opera sob carga.

10.2. Melhor Aproveitamento de Recursos Humanos

- **Produtividade e Agilidade:** A potência e estabilidade do veículo permitem deslocamentos mais seguros e céleres entre a sede e as áreas rurais. Isso resulta em um menor tempo de trânsito dos parlamentares e servidores, permitindo o cumprimento de uma agenda de fiscalização mais extensa no mesmo dia.
- **Segurança no Trabalho:** A redução do risco de acidentes e de isolamento em estradas de difícil acesso (lama/alagamentos) preserva a integridade física dos servidores, reduzindo potenciais afastamentos e garantindo a continuidade do serviço legislativo.

10.3. Melhor Aproveitamento de Recursos Materiais



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

- **Versatilidade de Carga:** A capacidade de carga e a caçamba permitem que um único veículo execute tarefas que exigiriam múltiplas viagens de veículos menores, otimizando o uso do material de consumo (combustível e lubrificantes).
- **Disponibilidade da Frota:** Devido à robustez da mecânica e tração integral, o índice de "veículo parado para reparo" será reduzido, garantindo que o recurso material esteja disponível para uso no momento em que a Câmara necessitar.

Quadro Resumo de Resultados:

Recurso	Situação Atual (Déficit/Inadequação)	Resultado Pretendido (Pós-Aquisição)
Financeiro	Alto gasto com reparos em carros leves.	Estabilidade orçamentária e preservação de valor.
Humano	Desgaste e insegurança em viagens rurais.	Segurança, conforto e maior produtividade.
Material	Frota limitada a asfalto e baixa carga.	Equipamento multitarefa (asfalto, terra e carga).

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

INDICAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

A execução do contrato será fiscalizada por servidores nomeados nos termos da Portaria nº 023/2025 e eventuais alterações, ou outras normativas que vierem a substituí-las, expedidas pela Câmara Municipal de Dois Vizinhos e a Gestão será feita pelo Diretor Executivo, conforme Resolução 006/2023.

O Gestor efetuará a gestão da contratação, adotando as medidas necessárias quando demandado para a tomada de decisões ou providências acerca do contrato que ultrapassem a competência do fiscal, bem como efetuará a gerência das contratações quanto a necessidade de prorrogações, aditamentos, alterações e/ou encaminhamento para novo processo licitatório se for o caso.

O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das falhas ou dos defeitos observados. Ainda, o fiscal do contrato informará ao GESTOR, em tempo



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12. RISCOS IDENTIFICADOS E MITIGAÇÃO

- Entrega de veículo que não atenda às especificações. Mitigado com conferência rigorosa da ficha técnica no ato do recebimento provisório.
- Atraso na entrega por falta de componentes globais da montadora. Mitigado com Exigência de cronograma de entrega e aplicação de sanções em caso de descumprimento injustificado.
- Entrega de veículo com ano/modelo anterior ao 2026. Mitigado com a exigência de apresentação do Certificado de Registro de Veículo (CRV) ou nota fiscal da fábrica no ato da entrega.
- Assistência técnica inexistente na região (Sudoeste do PR). Mitigado com a inclusão, como requisito de existência de assistência autorizada num raio de distância aceitável (até 100 km da sede da Câmara).

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

A escolha fundamenta-se na **superioridade técnica** do equipamento para o enfrentamento de terrenos acidentados em áreas rurais, na **segurança ativa e passiva** oferecida aos servidores e parlamentares em rodovias, e na **longa vida útil** de um motor de alta performance, o que garante o melhor aproveitamento dos recursos financeiros a longo prazo (menor custo de ciclo de vida).

Devemos considerar que os riscos foram devidamente mapeados e as medidas preventivas estabelecidas, e que ficou demonstrada a inequívoca necessidade de ampliação da frota para a continuidade das atividades de fiscalização legislativa.

Diante do exposto, verifica-se que o estudo preliminar evidencia que a contratação é tecnicamente possível e adequada às necessidades desta Câmara.

Por fim, havendo a previsão e viabilidade financeira, entende-se como viável e razoável a contratação por meio de processo licitatório, mediante o levantamento da necessidade descrita neste ETP, sendo a opção mais eficiente para suprir a demanda administrativa.

Valdemar da Silveira
Diretor – Área Requisitante
Dois Vizinhos, 03 de março de 2026.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

(ANEXO III)

MINUTA DO CONTRATO

Aquisição de um veículo, novo, zero quilômetro, tipo pick-up, para servidores e vereadores no desempenho de atividades externas de interesse da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos – PR.

Pelo presente instrumento particular de Contrato de um lado **CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS**, CNPJ 78.103.579/0001-05, Estado do Paraná, neste ato representado pelo senhor **Juarez Alberton**, portador da CI RG nº 3.XXX.XXX-8, inscrito no CPF sob nº 452.XXX.XXX-15, Presidente da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro XXXXX, CNPJ XXXXXX, sediada na Rua XXX, XX – XXX, na cidade de XXXXX, representada pelo seu responsável legal o(a) Senhor(a) XXXX, portador do CPF XXX e RG nº XXXXXX SESP-XX, aqui denominada simplesmente de **CONTRATADA**, consoante as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Resolução nº 6, celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a aquisição de um veículo, novo, zero quilômetro, tipo pick-up, para servidores e vereadores no desempenho de atividades externas de interesse da Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos – PR, conforme especificações constantes no Pregão Eletrônico Nº 001/2026.

Parágrafo Primeiro

Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando às partes em todos os seus termos, as condições expressas no **EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026**, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2026, juntamente com seus anexos e a proposta da **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo

O objeto da licitação deverá atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera.

Parágrafo Terceiro

A **CONTRATADA** **NÃO PODERÁ** transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da contratante.

Parágrafo Quarto

Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL

O valor contratado é de R\$ XXXX (XXXXX).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado após a entrega definitiva dos bens, em parcela única, por meio de depósito em conta bancária da **CONTRATADA** ou pagamento de boleto de cobrança emitido pela **CONTRATADA**.

3.2. O pagamento será realizado em até 20(vinte) dias contados do recebimento definitivo da fatura.

3.3. Havendo erro na apresentação da fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Rua Souza Naves, 395 - Cx. Postal, 116 - Fone/Fax (46) 3536-1321 - CEP: 85.660-000

e-mail:camara@cmdv.pr.gov.br - www.cmdv.pr.gov.br



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

Parágrafo Primeiro

Deverá constar na Nota Fiscal o Número da Licitação, do Contrato, e se houver do Termo Aditivo.

Parágrafo Segundo

A Câmara de Vereadores receberá apenas notas fiscais emitidas eletronicamente, conforme legislação vigente.

Parágrafo Terceiro

Se a empresa for optante do Simples Nacional, deverá constar na Nota Fiscal.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente Instrumento correrão por conta da seguinte dotação:

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Natureza da despesa	Destinação de recurso
2026	38	01.01.01.031.0002.2.002	4.4.90.52.52.00	01.001

5. CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA

5.1. A entrega dos bens deverá ocorrer nas dependências da CONTRATANTE, sem qualquer custo adicional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da autorização de compra, na Rua Souza Naves, 395, Alto da Colina, Dois Vizinhos/PR, CEP: 85.660-000.

5.2. No ato do recebimento, a licitante vencedora deverá realizar uma "Entrega Técnica", instruindo os servidores/motoristas designados sobre as funcionalidades do veículo, tecnologias de tração (uso do 4x4), sistemas de segurança e a correta utilização do Diesel S10 e Arla 32, visando evitar danos por uso inadequado.

5.3. Documentação: O veículo deve ser entregue livre de quaisquer ônus, com o manual do proprietário e o livrete de garantia em língua portuguesa.

5.4. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA assegurar que o bem seja entregue em perfeito estado, com garantia de integridade física e pleno funcionamento.

5.5. A CONTRATADA responderá por todas as avarias, perdas, extravios ou danos eventualmente ocorridos durante o transporte ou manuseio, devendo providenciar a substituição imediata, sem ônus para a Administração.

5.6. O bem deverá ser entregue montado de fábrica, testado e pronto para uso imediato, inclusive com todos os acessórios, manuais e eventuais itens de instalação e acessórios que integrem sua funcionalidade, quando cabível.

5.7. Não será aceito o bem que contenha itens com avarias, defeitos, vícios aparentes ou em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, sendo obrigatória sua substituição no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação da CONTRATANTE.

5.8. Deverão ser fornecidos apenas bens novos, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos reconicionados, reciclados, reembalados, remanufaturados, enfim, provenientes de reutilização de material já empregado.

5.9. Os bens deverão ser entregues em dias úteis, das 8h às 12h ou das 13h às 17h, devendo ser colocado em local indicado por servidor responsável.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA, MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1. Prazo e Abrangência (Garantia Contratual)

- O veículo deverá possuir garantia de fábrica de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro.
- **Início da Vigência:** O prazo começa a contar da data de emissão da Nota Fiscal e da **Entrega Técnica** (assinatura do termo de recebimento definitivo pelo servidor responsável).



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

6.2. Garantia de Assistência Regional (Sudoeste do PR)

- **Obrigatoriedade de Rede Próxima:** A licitante vencedora deverá garantir a prestação de assistência técnica por meio de rede autorizada do fabricante em um raio de até 100 km do município de Dois Vizinhos/PR
- **Garantia em Todo Território Nacional:** A garantia deverá permitir que, em viagens (como para Curitiba), qualquer pane seja atendida pela concessionária local.

6.3. Itens de Desgaste Natural vs. Defeitos

- **Cobertos:** Motor, câmbio, sistema de tração 4x4, módulos eletrônicos, suspensão (defeitos de fabricação) e sistemas de emissão.
- **Não Cobertos:** Pastilhas de freio, filtros, pneus e alinhamento/balanceamento (considerados itens de manutenção rotineira por desgaste).

6.4. Requisito de Abastecimento de Combustível

Para manter a garantia do motor, o órgão público fica obrigado a abastecer apenas com o combustível indicado pela fabricante do veículo.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES

7.1. O prazo de vigência do Contrato, será de 12 (doze) meses, iniciando-se na data de emissão da Nota Fiscal e da **Entrega Técnica** (assinatura do termo de recebimento definitivo pelo servidor responsável).

7.2. O instrumento de Contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil permitido por lei, considerando tratar-se itens para entrega imediata, nos termos do art. 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3. O prazo de vigência contratual não se confunde com o prazo de garantia dos itens.

7.4. O Contrato não poderá ser prorrogado.

7.5. O Contrato poderá ser alterado consoante o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante termo aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

8.2. Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias para a execução do Contrato;

8.3. Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do Contrato no prazo e forma ajustados;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- e) Ainda, a CONTRATADA se obriga a responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus profissionais e ainda, por danos ou avarias e/ou repará-los, quando causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto.
- f) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- g) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- h) A CONTRATADA obriga-se ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a manter sigilo de todas as informações sobre os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução da contratação, sendo vedado o repasse



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

dessas informações, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto contratado.

9. CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, à aplicação das seguintes sanções administrativas.

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Multa.

9.1.3. Impedimento de licitar ou contratar.

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2. Poderão ser aplicadas multas de caráter moratório e compensatório, a serem aplicadas de acordo aos percentuais indicados na sequência.

9.2.1. De caráter moratório.

9.2.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta).

9.2.1.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder o item anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério da CONTRATANTE.

9.2.2. De caráter compensatório.

9.2.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA, ou nos casos de rescisão do Contrato, calculada sobre a parte inadimplida.

9.2.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE.

9.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do Contrato.

9.4. No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, fica facultado à CONTRATANTE reconhecer a ocorrência das hipóteses de rescisão contratual.

9.5. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

9.6. Não serão aplicadas as multas decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais resultante da existência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

9.7. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade em até 5 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Órgão Oficial da CONTRATANTE, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

9.8. A aplicação das penalidades é de competência exclusiva do Presidente da Câmara Municipal de Dois Vizinhos.

9.9. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos e a sistemática procedimentais previstos em Lei e regulamentação pertinente, bem como serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório à CONTRATADA.

9.10. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A execução do contrato será fiscalizada por servidores nomeados nos termos da Portaria nº 023/2025 e eventuais alterações, ou outras normativas que vierem a substituí-las, expedidas pela Câmara Municipal de Dois Vizinhos e a Gestão será feita pelo Diretor Executivo.



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Resolução Nº 6, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado e demais legislação pertinente à matéria.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

As partes CONTRATANTES comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 8420/2015.

A CONTRATADA declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 8420/2015, se obrigando a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada legislação.

A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar atos que possam constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º, incisos I a IV e alíneas, conforme segue:

“Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.”

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A empresa é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação deste que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS



Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos

14.1. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos conforme os preceitos de direito público, especialmente os dispostos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Resolução Nº 6, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dois Vizinhos, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, e para um só efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Dois Vizinhos, ____ de ____ de ____.

CONTRATANTE

Juarez Alberton

Presidente da Câmara de Vereadores de Dois
Vizinhos

CONTRATADA

xxxx

Responsável Legal
xxxx

Testemunhas:

1

2